

A TRANSFERÊNCIA

Finalmente, a capital no centro do Brasil

José Pereira Lira, que na ocasião da mudança da capital para o planalto era presidente do Tribunal de Justiça, foi um dos pioneiros de Brasília que esteve, inclusive, envolvido com ela, muito antes de sua construção, quando ainda se discutia o local onde deveria se implantar a cidade. Seu depoimento antecede a cidade, as dificuldades ou a construção. Seu depoimento deposita muita fé no planalto e esperança de que tudo aquilo se tornasse realidade.

— Pois é! E Brasília nasceu da Constituição, quando os seus mandamentos foram tomados a rigor pelo presidente, que jurou cumpri-la. A quimera de interiorizar a sede do Governo existia mesmo antes da Independência. Mas a idéia saiu dos textos para a atividade prática, com a Constituição de 1946.

No artigo 4º de Disposições Transitórias — que com ela baixaram — lia-se uma ordem: “A Capital da União será transferida para o Planalto Central do país”.

Era uma imposição. Seus parágrafos foram religiosamente cumpridos, no que coube ao então presidente Dutra: foi nomeado dentro de 60 dias do ato, uma comissão de técnicos de reconhecido valor, sob a chefia do general Djalma Polly Coelho, e tal comissão, segundo o inciso constitucional, procedeu ao estudo da legislação da nova capital, com os membros que o general Djalma indicou ao Presidente.

Tratava-se de um grande trabalho de planejamento regional, em todo o mundo, compreendendo 100 compactos volumes, que incluíam a composição da terra, ar, água, fauna e regime de águas.

Todo o mérito desse trabalho cabe ao general Djalma, que a ele se devotou inteiramente, aliás, como os seus dois sucessores, o presidente Vargas e o presidente Juscelino Kubitschek. Esta documentação precisou de dois caminhões para ser transportada ao Congresso Na-

cional, e foi com a mensagem enviada pelo presidente Dutra, que encaminhou estudo definitivo, que tornou-se finalmente estabelecida a localização da nova capital da República.

Dois votos decidiram a mudança da capital, para o local onde hoje está implantada a cidade, e sete votos preferiram o Triângulo Mineiro. A partir daí, o Brasil foi dividido em duas classes de pessoas: os “mutancistas” e os “fiquistas”, assim como tinham os “planaltistas” e os “triangulistas”.

Depois veio Juscelino e, como ele, a vitória na batalha da “Mutança”. Dutra veio a Brasília duas vezes. Visitou amigos. Foi atraído pela Imprensa. E, com a modéstia de sempre, minimizou seus esforços. A mim, seu secretário da Presidência da República, por duas vezes, perguntou somente se eu guardava a cópia da Ata Histórica da Reunião Conjunta do Ministério com o Órgão de Segurança Nacional. E, quando eu respondia que sim, ele me aconselhava: Pois guarde-a. É preciso deixar a Juscelino todas glórias da construção de Brasília. Somente ele tem direito integral.

Mas Juscelino, por um louvável gesto mineiro, ao aprovar a carta de Brasília, limitada com a terra goiana, menos em um quilometro, onde o limite é com a terra mineira, não esqueceu o presidente Dutra.

E, neste momento, quando falo sobre o início de Brasília, não posso deixar de me recordar das palavras do presidente Dutra em certa circunstância: “A imposição constitucional ou transferência da capital para o Planalto no centro geopolítico do Brasil, para daí incentivar, suplementar a vida das regiões condensadas nos grandes vales e nos chapadões, descentralizou e integrou a atividade econômica regional do país. Isto é praticar o mais puro federalismo e apertar ainda mais, na órbita da ação prática, os liames da unidade nacional”.